

Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
01	Período de tributação
1	De 2019/07/09 a 2019/12/31
Período 2 2019	
02	Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável
Código do Serviço de Finanças 1 0485	
03	Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo
Designação N.º de Identificação Fiscal (NIF)	
1	2 551582995
3	Tipo de sujeito passivo
1	<input checked="" type="checkbox"/> Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
2	<input type="checkbox"/> Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
3	<input type="checkbox"/> Não residente com estabelecimento estável
4	<input type="checkbox"/> Não residente sem estabelecimento estável
3-A	Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
3	<input checked="" type="checkbox"/> Micro empresa
4	<input type="checkbox"/> Pequena empresa
1	<input type="checkbox"/> Média empresa
2	<input type="checkbox"/> Não PME
3-B	Organismos de investimento coletivo
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
1	<input type="checkbox"/>
3-C	Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?	
Sim 1 <input type="checkbox"/>	
4	Regimes de tributação dos rendimentos
1	<input checked="" type="checkbox"/> Geral
3	<input type="checkbox"/> Isenção definitiva
4	<input type="checkbox"/> Isenção temporária
5	<input type="checkbox"/> Redução de taxa
6	<input type="checkbox"/> Simplificado
7	<input type="checkbox"/> Transparência fiscal
8	<input type="checkbox"/> Grupos de sociedades

NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4)

9

10 ☐ Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)11 ☐ Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7 ?12 ☐ Artigo 36.º-A do EBF13 ☐ Regime especial das atividades de transporte marítimo (Dec.-lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)

4-A Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)

Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais e estabelecimento estável situado fora do território português,

cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino

1 ☐ Países da UE/EEE2 ☐ Outros

04 Características da declaração

1 Tipo de declaração

1 ☒ 1.ª Declaração do período2 ☐ Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)3 ☐ Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)4 ☐ Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)5 ☐ Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal6 ☐ Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

Data - Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

2 Declarações especiais

1 ☐ Declaração do Grupo2 ☐ Declaração do período de liquidação3 ☐ Declaração do período de cessação

Data da cessação

6

Declaração com período especial de tributação

4

☐ Antes da alteração

5

☐ Após a alteração7 ☐ Declaração do período do início de atividade

Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável)

8

9 ☐ Antes da dissolução10 ☐ Após a dissolução

Data da dissolução

11

3 Anexos que devem acompanhar a declaração

Anexo A (derrama)

1

Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010)

2

Anexo C (Regiões Autónomas)

3

Anexo D (benefícios fiscais)

4

Anexo E (regime simplificado)

5 ☐

Anexo F (OIC)

6 ☐

Anexo G Atividades de Transporte Marítimo

7 ☐**05 Identificação do Representante Legal e do Contabilista Certificado**

NIF do representante legal

1 267903235

NIF do contabilista certificado

2 102202555

07
(Período
2009 e
anteriores)**Apuramento do lucro tributável**

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

201 €

Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido (art.º 21.º)

202 €

Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido (art.º 24.º)

203 €

SOMA (campos 201 + 202 - 203)

204 € 0,00

A ACRESCER

Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)

205 €

Prémios de seguros e contribuições (art.º 23.º, n.º 4)

206 €

Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art.º 33.º, n.º 1)

207 €

Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 34.º, 37.º e 38.º)

208 €

Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 40.º)

209 €

Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º do EBF)

210 €

IRC e outros impostos incidentes direta ou indiretamente sobre lucros [art.º 42.º, n.º 1, alínea a)]

211 €

Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 42.º, n.º 1, alínea d)]

212 €

Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea e)]

213 €

Encargos não devidamente documentados [art.º 42.º, n.º 1, alínea g)]

277 €

Despesas não documentadas (art.º 23.º)

214 €

Menos-valias contabilísticas

215 €

Correções nos casos de crédito de imposto (art.º 62.º, n.º 1)

217 €

40% do aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo

218 €

Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor [art.º 42.º, n.º 1, alínea h)]

220 €

Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)

222 €

Despesas com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 42.º, n.º 1, alínea f)]

223 €

Correções relativas a exercícios anteriores

224 €

Correções relativas a preços de transferência (art.º 58.º, n.º 8)

251 €

Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 59.º, n.º 1)

252 €

Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 60.º)

253 €

Subcapitalização (art.º 61.º, n.º 1)

254 €

Juros de suprimentos [art.º 42.º, n.º 1, alínea j)]

255 €

Despesas com combustíveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea i)]

256 €

Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 58.º-A, n.º 3, alínea a)]

257 €

Importâncias constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido [art.º 42.º, n.º 1, alínea b)]

258 €

Custos ou perdas suportados com transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, n.ºs 5, 6 e 7)

259

		€	
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)	270	€	
Impostos diferidos	271	€	
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	216	€	
Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	274	€	
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	275	€	
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	276	€	
	225	€	
SOMA (campos 204 a 225)	226	€	0,00
A DEDUZIR			
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	227	€	
Redução de provisões tributadas	228	€	
Mais-valias contabilísticas	229	€	
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	230	€	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	231	€	
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	232	€	
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	233	€	
Benefícios fiscais	234	€	
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	235	€	
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º 9)	236	€	
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	272	€	
Impostos diferidos	273	€	
	237	€	
SOMA (campos 227 a 237)	238	€	0,00
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	239	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	240	€	

07 (Período 2010 e posteriores)	Apuramento do lucro tributável		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	€	41.238,28
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	702	€	
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	€	
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	€	
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	€	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	€	41.238,28
A ACRESCER			
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	€	

Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	€	106.703,77
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	€	71.069,66
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	714	€	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	€	
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	€	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	€	
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	€	21.612,18
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	€	
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. b)]	716	€	300,00
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	731	€	
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	€	
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. d)]	783	€	
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	€	746,25
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º 1, al. f)]	727	€	
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	€	
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	€	
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	€	
Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	€	
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	€	
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	734	€	
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	€	
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	€	
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	785	€	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	746	€	
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	€	
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	€	
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	€	
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos	719	€	10.006,59
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	€	
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	€	
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	€	
Menos-valias contabilísticas	736	€	
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	€	
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	€	2.753,56
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	€	
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	€	
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)			

	743	€	
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	€	
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	745	€	
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	€	
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	789	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	790	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	€	
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 do EBF)	779	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	€	
Gastos e perdas relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	799	€	
Outros acréscimos	752	€	
SOMA (campos 708 a 752)	753	€	254.430,29
A DEDUZIR			
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	€	
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	756	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	€	
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	€	
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	€	
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	762	€	
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	€	
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7)	781	€	
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	€	
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	€	
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	€	
Mais-valias contabilísticas	767	€	2.726,30
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	€	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	€	

	€	
50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793	€
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)	771	€
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794	€
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	€
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795	€
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	€
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	796	€
Benefícios Fiscais	774	€
Réditos e rendimentos relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	800	€
Outras deduções	775	€ 37,50
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º do anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)	798	€
SOMA (campos 754 a 775 + 798 + 800)	776	€ 2.763,80
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777	€ 0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)	778	€ 251.666,49

08 Regimes de taxa			
08.1	Regimes de redução de taxa	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242 <input type="checkbox"/>	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245 <input checked="" type="checkbox"/>	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	248 <input type="checkbox"/>	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260 <input type="checkbox"/>	3%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)	265 <input type="checkbox"/>	5%
		247 <input type="checkbox"/>	
08.2	Regime geral	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246 <input type="checkbox"/>	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, 20/2)	249 <input type="checkbox"/>	16% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266 <input type="checkbox"/>	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º1, al. c) do EBF)	267 <input type="checkbox"/>	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264 <input type="checkbox"/>	

09 Apuramento da matéria coletável				
(transporte de Q. 07)	Regime geral	Com redução de taxa	Com isenção	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL	301 €	312 €	323 €	
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302 € 251.666,49	313 €	324 €	400 €
Regime especial dos grupos de sociedades				
Soma algébrica dos resultados fiscais	380 €			

Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)	381 €	
Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)	395 €	
Ajustamento REAID (art.º 5.º, n.º 1 al. b) do Anexo à Lei n.º 61/2014, 26 de agosto)	500 €	
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período	376 €	
Resultado fiscal do grupo	382 €	

396 Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:

Prejuízos NIF

398 Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)

Prejuízos NIF

Prejuízos fiscais dedutíveis	303 €		314 €		325 €		401 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383 €		386 €		389 €		392 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]	384 €		387 €		390 €		393 €	
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385 €		388 €		391 €		394 €	

3. DEDUÇÕES

Prejuízos fiscais deduzidos	309 €		320 €		331 €		407 €	
-----------------------------	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--

Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante

Regime Geral

309.1 - Período 309.2 - Montante

Com redução de taxa

320.1 - Período 320.2 - Montante

Com isenção

331.1 - Período 331.2 - Montante

Benefícios fiscais	310 €		321 €		332 €		408 €	
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)	311 €	251.666,49	322 €		333 €		409 €	0,00

ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)

336 €

COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)

399 €

Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:

Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)

397 € 0,00

397-A Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]

Valor utilizado no período NIF

397-B Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)

Valor utilizado no período NIF

Matéria Coletável do regime especial (campo 11 do quadro 04 do anexo G)

300 €

MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E, exceto o campo 300

346 € 251.666,49

10 Cálculo do Imposto

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%

347-A €

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%

347-B €

Imposto a outras taxas

348 12,5 %

349 € 51.574,96

Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores

350 €

Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira

370 €

COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)

351 € 51.574,96

Derrama estadual (art.º 87.º - A)

373 €

COLETA TOTAL (351 + 373)

378 € 51.574,96

Deduções:

Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)

353 €

Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)

375 €

Benefícios fiscais

355 €

Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)

470 €

Pagamento especial por conta (art.º 93.º)

356 €

TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378

357 € 0,00

TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0

358 € 51.574,96

Resultado da liquidação (art.º 92.º)

371 €

Retenções na fonte

359 € 1.500,00

Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)

360 €

Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)

374 €

IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0

361 € 50.074,96

IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0

362 € 0,00

IRC de períodos anteriores

363 €

Reposição de benefícios fiscais

372 €

Derrama municipal

364 €

Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378

379 €

Tributações autónomas

365 €

Juros compensatórios

366 €

Juros de mora

369 €

TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0

367 € 50.074,96

TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0

368 € 0,00

10-A Juros compensatórios

Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:

Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração

366-A €

Juros compensatórios declarados por outros motivos

366-B €

10-B Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e

54.º -A, n.º 11)

Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)

1 ☐ imediato [al. a)]2 ☐ diferido [al. b)]3 ☐ fracionado [al. c)]

IRC + Derrama estadual

Derrama municipal

Valor do pagamento diferido ou fracionado

377-
A €377-
B €

Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)

377 €

TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0

430 €

TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0

431 €

11 Outras informações

Total de rendimentos do período

410 €

Volume de negócios do período (a repartir no quadro 11-B, se for caso disso)

411 €

Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º

416 €

Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)

418

Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]

Sim?

423 ☐

Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?

Sim?

429 ☐

11-A Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto

Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:

AID de perdas por imparidade em créditos

460 €

AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados

461 €

Outros AID

462 €

Informação adicional:

Capital próprio

463 €

Crédito Tributário

464 €

Data da entrada em liquidação

465

11-B Repartição do Volume Anual de Negócios pelas Circunscrições (CONTINENTE, AÇORES E MADEIRA)

Volume global de negócios não isento

1 €

Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma da Madeira (RAM)

2 €

Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma dos Açores (RAA)

3 €

Rácio 1 (RAM) = (campo 2 : campo 1)

4

Rácio 2 (RAA) = (campo 3 : campo 1)

5

Rácio 3 (CONTINENTE) = 1 - (rácio 1 + rácio 2)

22

12 Retenções na fonte

N.º de identificação fiscal (NIF)

Retenção na fonte

13 Tributações autónomas

Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)

414 €

Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415 €	<input type="text"/>
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)	420 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º 4) (regime em vigor até 31/12/2013)	421 €	<input type="text"/>
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	422 €	<input type="text"/>
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	424 €	<input type="text"/>
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	425 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	426 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	427 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	428 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	432 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	433 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	434 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	435 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	436 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	437 €	<input type="text"/>
Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)	438 €	<input type="text"/>
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	439 €	<input type="text"/>

13-A

Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)

Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	440 €	<input type="text"/>
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	441 €	<input type="text"/>
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	442 €	<input type="text"/>
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	443 €	<input type="text"/>
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	444 €	<input type="text"/>
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	445 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	446 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	447 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	448 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	449 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	450 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	451 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	452 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	453 €	<input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	454 €	<input type="text"/>

14

Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (CIDTJI)

1 - Código do País	2 - Tipo de rendimentos	3 - Saldo não deduzido	Apuramento no período			7 - Dedução efetuada no período	8 - Saldo que transita
			4 - Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º1, al. a)]	5 - Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	6 - Crédito de imposto do período		

	Saldo não deduzido	Crédito de imposto do período	Dedução efetuada no período	Saldo que transita
TOTAL do CIDTJI com CDT	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>
TOTAL do CIDTJI sem CDT	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>
TOTAL do CIDTJI	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>